

## O TRABALHO DE PROFISSIONAIS NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE

The work of professionals in the community services socio-educative measures

El trabajo de los profesionales en la medida socioeducativa de servicio a la comunidad

**Janssen Macdowell Cavalcante da Silva**

<https://orcid.org/0000-0001-7899-8112>

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Curso de Terapia Ocupacional, Maceió, AL, Brasil

**Daiana da Rocha Silva**

<https://orcid.org/0000-0002-6730-9753>

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Curso de Terapia Ocupacional, Maceió, AL, Brasil

**Laiane Araújo da Silva**

<https://orcid.org/0000-0002-1558-9335>

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Curso de Terapia Ocupacional, Maceió, AL, Brasil

**Danilo Santos do Campo**

<https://orcid.org/0000-0003-1229-4723>

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Curso de Terapia Ocupacional, Maceió, AL, Brasil

**Júlia Vieira Muniz de Albuquerque**

<https://orcid.org/0000-0001-6276-8646>

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Curso de Terapia Ocupacional, Maceió, AL, Brasil

**Waldez Cavalcante Bezerra**

<https://orcid.org/0000-0001-7178-4074>

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Curso de Terapia Ocupacional, Maceió, AL, Brasil

### Resumo

Essa pesquisa se constitui em torno da questão do trabalho de profissionais que atuam na medida socioeducativa em meio aberto do tipo Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). Desse modo, o objetivo geral da pesquisa foi analisar o trabalho de uma equipe multiprofissional que atua na execução da PSC em um Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) de Maceió/AL. Realizou-se uma pesquisa de campo de natureza qualitativa, com abordagem descritiva e exploratória, cujos dados foram produzidos a partir de entrevistas com oito técnicos da equipe do serviço. A análise dos dados foi realizada com a técnica de análise de conteúdo. A partir dos dados, percebeu-se que há controvérsias sobre os sentidos e finalidades atribuídas à medida socioeducativa pelos técnicos. Dentre as possibilidades de fortalecimento e ampliação das redes de suporte, observa-se uma ênfase no trabalho com a família e com o setor da educação, porém alguns desafios atravessam o cotidiano do serviço e a realidade dos jovens assistidos, destacando-se os impactos da violência e a dificuldade em estabelecer parcerias interinstitucionais, questões estas que têm interferido negativamente no trabalho dos técnicos. O estudo levantou elementos para discutir o trabalho socioeducativo, suas possibilidades e desafios na construção e/ou fortalecimento das redes de suporte social para jovens em conflito com a lei, fornecendo dados para futuras investigações.

**Palavras-chave:** Medida socioeducativa, Jovens, Redes Sociais de Suporte, Equipe técnica.

### Abstract

This research is constituted around the issue of the work of professionals who work in socio-educational measures in an open environment of the Community Service Provision (PSC) type. Thus, the general objective of the research was to analyze the work of a multidisciplinary team that works in the execution of the PSC in a Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS) in Maceió/AL. A qualitative field research was conducted using the descriptive and exploratory approach, having data produced through interviews with 8 technicians from the team. The data analysis was conducted through the content analysis technique. From the data, it was noticed that there are controversies about the meanings and purposes attributed to the socio-educational measure by the technicians. Among the possibilities for strengthening and widening the support networks, it is possible to see an emphasis on working with families and the educational field, however, some challenges are presented when it comes to the daily work and the reality of the young people in assistance, especially the impacts of violence and the difficulty in establishing a partnership with other institutions, elements that have a negative impact on the Works of the technicians. The study was able to identify elements to further discuss the social educational work, its possibilities and challenges faced towards constructing and or strengthening social support for young people in conflict with the law by giving data for future investigations.

**Key words:** Socio-education measures, Young people, Social Network, Technical team.

### Resumen

Esta investigación se constituye en torno a la cuestión del trabajo de los profesionales que actúan en medidas socioeducativas en un ambiente abierto del tipo Prestación de Servicios a la Comunidad (PSC). Así, el objetivo general de la investigación fue analizar el trabajo de un equipo multidisciplinario que actúa en la ejecución del PSC en un Centro de Referencia Especializado de Asistencia Social (CREAS) en Maceió/AL. Se realizó una investigación cualitativa de campo, con enfoque descriptivo y exploratorio, cuyos datos fueron producidos a partir de entrevistas con ocho técnicos del equipo de servicio. El análisis de los datos se realizó mediante la técnica de análisis de contenido. A partir de los datos, se percibió que existen controversias sobre los significados y finalidades atribuidas a la medida socioeducativa por los técnicos. Entre las posibilidades de fortalecer y ampliar las redes de apoyo, se destaca el trabajo con la familia y con el sector educativo, pero algunos desafíos atraviesan el cotidiano del servicio y la realidad de los jóvenes atendidos, destacando los impactos de violencia y la dificultad para establecer alianzas interinstitucionales, cuestiones que han interferido negativamente en el trabajo de los técnicos. El estudio levantó elementos para discutir el trabajo socioeducativo, sus posibilidades y desafíos en la construcción y/o fortalecimiento de redes sociales de apoyo a jóvenes en conflicto con la ley, proporcionando datos para futuras investigaciones.

**Palabras clave:** Medida socioeducativa, Jóvenes, Redes Sociales de Apoyo, Equipo técnico.

### Como Citar:

Bezerra, W.C.; Silva, J.M.C.; Silva, D.R.; Silva, L.A.; Carmo, D.S. & Albuquerque, J.V.M. (2023). O trabalho de profissionais na medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. 7(2), 1715-1734. DOI: 10.47222/2526-3544.rbto5700

## 1. Introdução

Esta pesquisa se constitui em torno da questão das juventudes<sup>1</sup> em situação de conflito com a lei, com foco no estudo do trabalho dos profissionais que atuam nas chamadas Medidas Socioeducativas (MSE) em meio aberto, mais especificamente na Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). A problemática emerge da constatação de que apesar dos avanços conceituais e legais trazidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), posteriormente reforçados pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), muitos são os desafios e problemáticas que envolvem a efetivação da MSE no cotidiano de trabalho dos profissionais que operacionalizam os serviços.

Nesse sentido, definiu-se como objetivo geral deste estudo analisar o trabalho de profissionais que atuam em uma equipe de execução da MSE do tipo PSC em um CREAS da cidade de Maceió/AL. De modo mais específico, buscou-se identificar os sentidos e finalidades atribuídas pelos profissionais à MSE; discutir as possibilidades encontradas pela equipe para criar e/ou fortalecer as redes sociais de suporte dos jovens em acompanhamento; conhecer as problemáticas cotidianas que dificultam o trabalho profissional na PSC.

Os jovens, enquanto grupo social, se constituem na relação com as tensões e pressões originadas do contexto social, fundamentalmente, daquelas relacionadas com os processos de socialização do sujeito e de aquisição de papéis sociais (Silva & Lopes, 2009), sendo, portanto, a juventude um processo vivenciado de maneira distinta a depender dos contextos familiares, econômicos, sociais e culturais aos quais os jovens estão inseridos.

Nesse sentido, a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc. (Esteves & Abromovay, 2007, p.21)

Assim, quando se tem um contexto de vida marcado por vulnerabilidade sociais, os jovens podem estar mais expostos a inúmeros fatores de risco, como a exposição à violência, que são prejudiciais ao seu desenvolvimento, inserção e participação sociais. Sendo um fenômeno complexo, a violência sofrida e praticada pelos jovens possui fortes vínculos com as condições de vida e essas circunstâncias estão interligadas às dificuldades dos jovens em acessar as estruturas políticas, sociais, econômicas e culturais

---

<sup>1</sup> Apesar de as Medidas Socioeducativas estarem regulamentadas no Estatuto da Criança e do Adolescente, optou-se nesta pesquisa por fazer uso das categorias juventudes e jovens em substituição às de adolescência e adolescentes. Esta opção se deu pelo entendimento de que as discussões pautadas nas juventudes dão maior ênfase aos processos econômicos, sociais e culturais que constituem os diferentes modos do ser jovem, ao invés de defini-la a partir dos processos de maturação biológica e da noção de fase do desenvolvimento.

que provêm do Estado e da sociedade para construir suas possibilidades de viver (Abramovay *et al.*, 2002; Moraes & Ferreira, 2018).

Logo, Lopes *et al.* (2008) pontuam que as juventudes brasileiras, em sua maioria, estão marcadas por fragilidades relacionais e materiais decorrentes de um contexto de precarização da vida, sendo preciso pensar na elaboração de estratégias para facilitar o acesso aos direitos sociais e para o fortalecimento das redes sociais de suporte.

Avelar & Malfitano (2020) afirmam que rede social pode ser considerada a partir de múltiplas concepções, mas a definem como um conjunto de atores sociais ligados entre si por relações interpessoais que permitem a transmissão de recursos, pautando sua constituição a partir da articulação entre diferentes serviços das políticas sociais e a intersetorialidade como estratégia de fortalecer o suporte social à população. As autoras apontam ainda as juventudes como um grupo marcado por diversas violações ao longo da história, reconhecendo a necessidade da articulação da rede intersetorial como estratégia para garantia de direitos dos jovens brasileiros.

Quanto mais articulada e diversificada for a rede mais ela irá se constituir como um fator de proteção, uma vez que possibilitará ao jovem não só o contato com pessoas que se lhe darão suporte afetivo para lidar com as dificuldades cotidianas, mas também com serviços sociais que ampliarão os acessos aos direitos e bens sociais. Veiga (2020) ressalta a importância do acesso dos jovens aos bens e direitos sociais, visando melhores condições de participação na vida social e criando oportunidades de enfrentamento das circunstâncias adversas e das vulnerabilidades existentes.

Nesse contexto, Moraes & Ferreira (2008) sinalizam que o fato de muitos jovens realizarem atos de violência tem relação, mas não só, com a necessidade de sobrevivência, tendo em vista a sua exclusão de atividades laborais e/ou educativas. Nunes *et al.* (2016) afirmam, então, que as redes sociais de suporte são essenciais para esses jovens, uma vez que uma rede bem estruturada contribui para o enfrentamento das adversidades cotidianas.

Especificamente sobre a prática de atos infracionais, Oliveira (2022) destaca que esta apresenta relação com a cultura social que interliga consumo à status, cultura que leva jovens sem recursos econômicos a recorrerem à essa prática como meio para acessar bens e buscar reconhecimento, pertencimento e sociabilidade, o que explica o fato de a maioria dos atos infracionais cometidos por jovens em cumprimento de MSE estarem relacionados ao patrimônio.

O jovem com até 18 anos incompletos, ao cometer atos infracionais, considerados pelo ECA como delito ou contravenção penal, fica submetido ao cumprimento das MSE que visam a sua ressocialização e integração social, podendo ser a medida cumprida em meio aberto ou privativa de liberdade (Brasil, 1990). Por outro lado, Veronese (2015) e Oliveira (2022) destacam que essas MSE, muitas vezes,

configuram-se como estratégias de controle político e social adotadas pelo Estado e executadas por profissionais no âmbito dos serviços de atendimento socioeducativo.

O Relatório do Sistema Único de Assistência Social informa que em 2018 o Brasil teve cerca de 117.207 jovens em cumprimento de MSE em meio aberto (Brasil, 2018), evidenciando o desafio posto ao Estado, às políticas públicas e aos profissionais que atuam junto a este grupo populacional, que é pensar ações que visem não só a socioeducação para esses jovens, mas também a prevenção da prática de atos infracionais.

As MSE em meio aberto são a Liberdade Assistida (LA) e a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), consideradas medidas de média complexidade. A LA é um serviço de acompanhamento por um orientador, durante o período mínimo de seis meses para garantia de mudança por meio da educação, novos projetos de vida, profissionalização e priorização da convivência com a família, comunidade e demais serviços. A PSC consiste na realização de trabalhos gratuitos e de interesse comunitário, não excedendo o máximo de oito horas semanais, por período máximo de seis meses, conforme as aptidões dos socioeducandos e objetivando a sua socialização, sem prejudicar as atividades escolares. (Brasil, 1990).

Do ponto de vista prático, quando se trata das MSE em meio aberto, estes desafios se colocam diretamente para as equipes profissionais dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), uma vez que o serviço de MSE em meio aberto é realizado no âmbito da Política Nacional de Assistência Social. São as equipes dos CREAS as responsáveis pela execução e acompanhamento dos jovens que estão cumprindo esses tipos de MSE e, portanto, necessitam, cotidianamente, desenvolver ações e estratégias que possam atender às normativas do ECA e do SINASE, considerando as particularidades dos diferentes contextos dos jovens acompanhados.

Conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2014), documento que dispõe sobre objetivos, recursos materiais e humanos, princípios, dinâmica de funcionamento e função dos profissionais que atuam nos diferentes serviços que compõem a rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o acompanhamento de adolescentes e jovens em cumprimento de MSE é realizado pelo denominado Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e de PSC, situado na proteção social especial de média complexidade do SUAS. Este serviço tem como objetivos:

- Realizar acompanhamento social a adolescentes durante o cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade e sua inserção em outros serviços e programas socioassistenciais e de políticas públicas setoriais;
- Criar condições para a construção/reconstrução de projetos de vida que visem à ruptura com a prática de ato infracional;

- Estabelecer contratos com o adolescente a partir das possibilidades e limites do trabalho a ser desenvolvido e normas que regulem o período de cumprimento da medida socioeducativa;
- Contribuir para o estabelecimento da autoconfiança e a capacidade de reflexão sobre as possibilidades de construção de autonomias;
- Possibilitar acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural e o desenvolvimento de habilidades e competências;
- Fortalecer a convivência familiar e comunitária (Brasil, 2014, p. 34).

A dinâmica de funcionamento do Serviço de LA e PSC se dá de acordo com a natureza de cada uma dessas MSE. Após o trâmite legal estabelecido pelo ECA e pelo SINASE, o jovem deve se apresentar formalmente ao CREAS encaminhado pelo sistema de justiça juvenil, acompanhado dos pais ou de seus responsáveis legais, sendo o contato entre o CREAS e o jovem formalizado através da Guia de Execução da Medida Socioeducativa. A partir de então a equipe do CREAS necessita, juntamente com a participação do jovem e sua família, elaborar o Plano Individual de Atendimento (PIA), no qual devem constar os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da PSC, perspectivas de vida futura, dentre outros aspectos a serem acrescentados, de acordo com as necessidades e interesses do jovem. Como parte desse trabalho, os profissionais devem ainda identificar no município os possíveis locais para a prestação de serviços, a exemplo de: entidades sociais, programas comunitários, hospitais, escolas e outros serviços governamentais (Brasil, 2014).

Dada a complexidade que envolve o trabalho profissional nas MSE em meio aberto, Albuquerque *et al.* (2014) fizeram uma análise das principais dificuldades relatadas pelas equipes, destacando, dentre elas, a discriminação e estigmatização dos jovens em situação de conflito com a lei presente na rede intersetorial de serviço público, a qual dificulta o trabalho e o estabelecimento de parcerias, resultando no comprometimento dos direitos assegurados legalmente a esses jovens. Os autores ressaltaram também que os serviços se encontram em condições precárias e desarticulados.

A ênfase dada neste estudo às MSE em meio aberto deve-se ao fato de que, segundo o ECA e o SINASE, elas devem ser priorizadas para que o jovem seja atendido em sua própria comunidade, viabilizando seu convívio familiar e social (Brasil, 1990).

## **2. Procedimentos Metodológicos**

O estudo utilizou procedimentos de pesquisa com abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório. Os participantes foram convidados para participar do estudo através de uma reunião com toda a equipe do serviço, na qual foram apresentados os objetivos da pesquisa e identificados os possíveis trabalhadores que atendiam aos critérios de inclusão: ser técnico da equipe, independente da

formação, sexo ou tempo de atuação no serviço, e ser responsável pelo acompanhamento e execução da MSE do tipo PSC. Foram excluídos os profissionais que estivessem afastados do serviço por motivos de férias, licenças etc.

Com aqueles que atendiam a tais critérios e demonstraram interesse em participar, foi agendado outro encontro individual para assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e realização da entrevista, em uma sala privativa no próprio CREAS. De um total de onze técnicos, oito foram entrevistados no período de outubro de 2019 a janeiro de 2020. Outros três técnicos foram excluídos do estudo, pois estavam afastados de suas atividades durante o período de produção dos dados.

Para produção dos dados foi utilizada a técnica de entrevista, orientada por um roteiro semiestruturado, previamente elaborado pelos pesquisadores contendo questões abertas organizadas em grupos definidos *a priori*, considerando os objetivos específicos do estudo, as quais relacionavam-se aos seguintes temas: os sentidos e finalidades atribuídas pelos profissionais à MSE; as possibilidades encontradas para criar e/ou fortalecer as redes sociais de suporte dos jovens; as dificuldades cotidianas do trabalho profissional na PSC. Durante as entrevistas, foi solicitada a gravação do áudio, que posteriormente foi transcrito na íntegra para análise.

A análise e interpretação dos dados se deu a partir da técnica de análise de conteúdo, na modalidade temática, segundo as proposições de Bardin (2011). Com as temáticas já definidas previamente com base na organização do roteiro da entrevista, o processo de análise consistiu em ler exaustivamente as transcrições para identificação das ideias centrais trazidas pelos participantes em cada um dos temas; interpretar os sentidos de tais ideias e compará-los, organizando-os de acordo com as semelhanças e diferenças dentro de um mesmo tema; nomear as categorias de modo a melhor representar os conteúdos identificados em cada tema, em torno das quais giraram as discussões e a redação das sínteses interpretativas.

Após esse processo de análise das entrevistas, foram definidas as seguintes categorias temáticas, as quais orientaram a apresentação e discussão dos resultados, sendo elas: sentidos da medida socioeducativa do tipo PSC; possibilidades encontradas para fortalecer as redes sociais de suporte; problemáticas cotidianas que dificultam o trabalho profissional na PSC.

O referencial teórico que orientou a discussão dos dados foi, sobretudo, as proposições da terapia ocupacional social, entendendo que este referencial possibilitou estabelecer diálogos com os achados empíricos da pesquisa, mesmo com conteúdo advindo de outras profissões. De modo complementar, recorreu-se à produções de outras áreas que tratassem sobre o objeto de estudo.

Por fim, ressaltamos que presente artigo é parte dos resultados do projeto de pesquisa de iniciação científica, intitulado *Juventude, vulnerabilidade social e redes sociais de suporte: um estudo no contexto*

da execução das medidas socioeducativas em meio aberto e da escola pública em Maceió, AL, o qual foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) em 30 de julho de 2019 e seguiu as orientações e recomendações da Resolução CONEP n. 510/2016, que regulamenta a pesquisa com seres humanos nas ciências humanas e sociais.

### 3. Resultados e Discussão

A partir dos dados produzidos, foi possível fazer uma caracterização do perfil dos profissionais entrevistados e estabelecer algumas categorias temáticas de análise dos dados qualitativos. A caracterização dos entrevistados se deu a partir da obtenção de informações sobre: gênero; formação profissional; tempo de atuação na MSE; capacitação específica para trabalhar na MSE; tipo de vínculo com o CREAS (Tabela 1). A seguir apresentamos os achados em cada uma das categorias temáticas definidas.

**Tabela 1** – Caracterização dos participantes

<b>Gênero</b>	<b>Formação</b>	<b>Tempo de atuação na MSE</b>	<b>Capacitação Específica</b>	<b>Tipo de vínculo com o CREAS</b>
Feminino	Serviço Social	4 anos	Não	Efetivo
Feminino	Serviço Social	9 anos	Não	Efetivo
Feminino	Serviço Social	11 anos	Não	Efetivo
Feminino	Serviço Social	5 anos	Não	Efetivo
Feminino	Serviço Social	11 anos	Não	Efetivo
Masculino	Psicologia	6 anos	Não	Efetivo
Feminino	Pedagogia	4 anos	Não	Efetivo
Feminino	Pedagogia	6 anos	Sim	Contrato

Fonte: Elaborado a partir dos dados produzidos em campo (2020).

#### **Sentidos da medida socioeducativa do tipo PSC**

Esta categoria foi elaborada a partir da percepção dos profissionais sobre os sentidos e finalidades da PSC. Notou-se que vários foram os sentidos e finalidades atribuídos por eles, dentre os quais: a ressignificação da vida, promover o exercício da cidadania, a educação e profissionalização, a capacidade restaurativa da MSE e até mesmo o sentido de punição.

O trabalho da medida socioeducativa tem um sentido da ressignificação, da valorização daquilo que o adolescente tem como perspectiva, [...] tem um sentido restaurativo, [...] que ele possa assumir outras formas de responsabilidade (Participante 1).

Acho que é o exercício da cidadania, [...] favorecer a ressocialização, agregar valor para ele enquanto cidadão, até para construção de novos projetos de vida, o olhar dele para uma futura profissionalização (Participante 3).

A gente criar uma rotina, uma responsabilidade, até a sociabilidade desse jovem é importante, [...] seja conseguir inseri-lo na escola ou curso profissionalizante e até a retirada da documentação (Participante 4).

Ele está tendo oportunidade de ver como funciona o mercado de trabalho. O foco principal é a educação (Participante 5).

Seria um tipo de punição porque ele não faz isso por escolha própria, o juiz determina (Participante 2).

Os profissionais, como executores do processo socioeducativo, destacaram questões que perpassam o campo das dimensões ético-pedagógica e jurídico-sancionatória da MSE. Miranda *et al.* (2014) destacam o papel que o sistema socioeducativo tem no sentido da responsabilização do jovem que comete o ato infracional e, também, na garantia de seus direitos individuais e sociais, levando em conta a capacidade dele em cumprir a medida. Essa visão assenta-se no conceito e nos termos do ECA acerca da proteção integral, que engloba a garantia e a busca pela efetivação dos direitos aos adolescentes e jovens assistidos pela política de atendimento socioeducativo.

Nos relatos apresentados, pode-se destacar a cidadania e o acesso aos direitos sociais como elementos essenciais e intrínsecos ao processo socioeducativo, evidenciando que a grande maioria dos jovens assistidos pela MSE não acessaram os seus direitos enquanto cidadão, como previsto no ECA. Oliveira (2002) afirma que apesar da cidadania remeter à ideia de igualdade, a sua concretização acontece em decorrência das múltiplas determinações que envolvem a vida dos sujeitos, nem sempre sendo efetivada.

Lopes (2016) salienta diversas perspectivas acerca da cidadania enquanto direito e dever, com base em teorias que buscam explicar a relação entre o Estado e a sociedade, afirmando que é necessário encarar a cidadania não apenas a partir de direitos formais estabelecidos, mas como um modo de incorporação de indivíduos e grupos sociais, em decorrência dos conflitos existentes.

Dentre as finalidades da PSC apresentadas pelos participantes, a ressignificação da vida faz parte do processo socioeducativo, como uma forma de ampliar a perspectiva do jovem acerca do seu futuro ou mesmo de como ele se responsabiliza e lida com as demandas da vida cotidiana. Considerando que o jovem se encontra em desenvolvimento pessoal e social, Ferrão *et al.* (2012) apontam ser esse o momento favorável ao estímulo da crítica sobre o ato infracional nos diversos aspectos, ampliando a



perspectiva de uma nova tomada de consciência do jovem e despertando possibilidades da resignificação da sua história.

Contudo, deve-se ter cuidado para o discurso sobre resignificação da vida não recair na culpabilização do próprio jovem sobre a sua condição. É preciso, nesse tipo de discurso, considerar as determinações contextuais mais amplas que envolvem a prática infracional e esse resignificar a vida, que não depende apenas de uma motivação individual do jovem.

Essa visão dos profissionais revela que as MSE tendem a permanecer “fundamentadas em concepções humanistas, onde a identidade, a essência individual de cada um dos adolescentes em cumprimento destas medidas é o alvo”, conforme aponta Rainere (2014, p. 146). Na mesma direção, Oliveira (2022) ressalta que apesar dos avanços normativos atuais da socioeducação, ainda é comum encontrarmos discursos e práticas que revelam uma ênfase terapêutica ao invés de social, ou seja, centradas na transformação da identidade e do comportamento do jovem.

Nesse sentido, considera-se importante problematizar algumas ideias que aparecem nas falas dos profissionais, a exemplo dessas noções de responsabilização, resignificação e restauração por meio da PSC. Entendendo que grande parte dos jovens que praticam ato infracional apresenta histórias de vida caracterizadas pela vulnerabilidade social e pela fragilidade e negação do acesso aos direitos sociais, o que revela uma desresponsabilização do Estado e da sociedade para com eles, como agora falar em responsabilização desses jovens? Do mesmo modo, restaurar o quê diante de uma vida marcada pela falta? Ou seria menos contraditório falar em instaurar, considerando as carências anteriores?

Especificamente com relação aos sentidos da PSC, ressaltados pelos profissionais, percebe-se que os aspectos trazidos nas falas se interligam com os princípios do SINASE (Brasil, 2012), particularmente em relação à proposta educativa e às articulações intersetoriais para garantia da proteção integral do jovem em cumprimento de MSE. O importante papel da equipe no sistema socioeducativo relaciona-se com a competência designada a ela desde a chegada do jovem, o seu acolhimento, até o encaminhamento e acompanhamento dele nas entidades selecionadas para o cumprimento da MSE, de acordo com o perfil de cada sócioeducando.

Nesta pesquisa, o caráter pedagógico da PSC foi ressaltado como essencial pela maioria dos profissionais, porém em um dos discursos foi citado o caráter punitivo que ela também apresenta. Gobbo & Muller (2009) analisam a natureza da PSC, abordando a necessidade de o jovem compreender que ela faz parte de um processo pedagógico, mas que por outro lado também possui um caráter “punitivo-retributivo”, uma vez que o seu cumprimento foge da escolha pessoal do jovem, refletindo uma imposição jurídica em decorrência do ato infracional. Contudo, é preciso que os profissionais e o próprio serviço tenham a clareza de que a ação pedagógica, e não a punitiva, deve nortear a prática e ser a finalidade primordial da medida, para não se cair na noção de correção pela punição.

Os profissionais apresentaram, ainda, aspectos importantes que vão ao encontro das tarefas da PSC, preconizadas pelo SINASE. Como documento orientador, o SINASE coloca como competência dos programas socioeducativos em meio aberto o acompanhamento e a recepção do jovem e sua família para orientação acerca da medida, a supervisão de todo processo socioeducativo, o encaminhamento ao orientador, além de outras competências estabelecidas (Brasil, 2012). Assim, percebe-se que os técnicos buscam trabalhar articulados com as tarefas colocadas pela legislação.

Em virtude dos fatos mencionados, a discussão da temática revela que os sentidos e finalidades elencados pelos profissionais apresentam perspectivas importantes para o trabalho socioeducativo, em consonância com os dispositivos legais que orientam a PSC. Apesar de quase todos os profissionais não possuírem capacitação específica para trabalhar com socioeducação, o que poderia gerar limites na compreensão dos sentidos da MSE, observou-se que a maioria das compreensões apresentadas dialoga e está em coerência com os principais documentos que orientam o trabalho na área. Contudo, deve-se destacar que a perspectiva punitiva da MSE também se fez presente, sendo um ponto divergente dos marcos legais que orientam a execução da PSC.

### **Possibilidades encontradas para fortalecer as redes sociais de suporte**

Depreende-se que a rede social de suporte é um elemento significativo para a vida do jovem assistido pelas MSE, visto que pode possibilitar uma trajetória de vida menos vulnerável e evitar a reiteração do ato infracional. Assim, buscou-se compreender as estratégias e possibilidades encontradas pelos profissionais durante a operacionalização da PSC para fortalecer ou mesmo criar redes sociais de suporte para os jovens.

Os profissionais suscitaram questões pertinentes em relação à família como um dos principais componentes para um bom andamento da medida.

A família participa da medida do adolescente e a gente percebe que quanto mais a família participa, apoia, contribui, mais a medida é significativa (Participante 1).

Geralmente nós encaminhamos as famílias para os CRAS, que tem o PAIF, o Programa de Atendimento Integral à Família, vamos ao atendimento individual e no familiar que identificamos e encaminhando para as redes de suporte (Participante 3).

A gente trabalha a família no atendimento e, também, com relação a PSC, apresentamos a instituição que vai receber o jovem e o responsável (Participante 5).

Nota-se que a família, por ser o núcleo primário de convivência do jovem, possui uma extrema importância na sua socialização e formação enquanto indivíduo. Segundo Melo & Silva (2017) existe uma relevância da família para o jovem em situação de conflito com a lei, uma vez que esses vínculos

fortalecidos podem auxiliar mudanças comportamentais e um melhor desenvolvimento nas relações sociais. O afeto e suporte que o jovem encontra na família pode colocar o grupo familiar como um importante elemento da sua rede pessoal de suporte, embora não deva ser o único.

Entretanto, é necessário reconhecer que, muitas vezes, há questões particulares que atingem as famílias dos jovens em situação de conflito com a lei, precisando-se discutir acerca das suas reais condições de fornecer o suporte que o jovem necessita, uma vez que a própria família, enquanto grupo social, geralmente está submetida aos mesmos processos de exclusão e vulnerabilidade social que levaram o jovem a praticar o ato infracional. Logo, a capacidade protetiva dessas famílias pode estar fragilizada em decorrência de questões econômicas, sociais ou culturais, dificultando-a exercer um papel positivo na vida do jovem.

Disto decorre a importância dos encaminhamentos realizados pelos profissionais para os serviços da rede, como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), cuja finalidade do trabalho é o fortalecimento dos vínculos e o aumento da capacidade protetiva das famílias.

Desse modo, o trabalho dos profissionais entrevistados, juntamente com as famílias, objetiva fortalecer o papel destas na rede de suporte dos jovens e, através das articulações setoriais e intersetoriais, favorecer o acesso das famílias aos diferentes serviços da rede socioassistencial.

Outra questão suscitada por alguns profissionais foi quanto ao objetivo da PSC não estar ligado diretamente com o fortalecimento e à criação das redes sociais de suporte, apesar de afirmarem trabalhar tais questões, seguindo todas as orientações estabelecidas no SINASE de modo geral.

Na LA é que temos um trabalho mais voltado para essa questão de rede de suporte, mas o que não significa que um adolescente que venha só para PSC exclusivamente não vá questionar e saber de questões relacionadas à documentação, escola, a gente acaba fazendo também [...].  
(Participante 2)

Basicamente o que é feito com o de LA é feito com o jovem de PSC, encaminhamos para documentação, inserção em escolas, cursos profissionalizantes (Participante 4).

Nas falas deles parece estar subentendida uma percepção de que a PSC seria insuficiente para atender às necessidades mais amplas da vida do socioeducando, como por exemplo o fortalecimento das redes de suporte. No entanto, cabe destacar que o SINASE, em suas determinações gerais para o atendimento socioeducativo, sinaliza acerca de ações comuns a todos os tipos de MSE, dentre as quais encontram-se o mapeamento e facilitação do acesso a bens e serviços para o atendimento das variadas necessidades do adolescente ou jovem, objetivado uma melhoria das suas relações interpessoais, e o fortalecimento de redes de apoio para ele e sua família. Lê-se no documento:

[...] mapear as entidades e/ou programas e equipamentos sociais públicos e comunitários existentes nos âmbitos local, municipal e estadual, com a participação dos Conselhos Municipais de Direitos, viabilizando e/ou oferecendo o acesso enquanto oferta de política pública: alimentação, vestuário, transporte, documentação (escolar, civil e militar), escolarização formal, cultura, lazer, atendimento na área de saúde (médico, dentista, cuidados farmacêuticos, saúde mental), atendimento psicológico, profissionalização e trabalho, acionando a rede de serviços governamental e não-governamental (Brasil, 2012, p. 55).

Na mesma direção, Xavier & Marchesi (2019) afirmam que a execução das MSE em meio aberto deve estar contextualizada a partir das políticas públicas para assegurar os direitos infanto-juvenis, precisando ser articuladas em rede, com uma atenção integral aos direitos.

Em relação às possibilidades encontradas, as parcerias com o setor da educação, via escolas públicas, têm sido uma aposta dos profissionais para mobilizar e fortalecer as redes de suporte dos jovens acompanhados, tal como observa-se nos seguintes relatos:

O carro chefe é ampliar as escolas como um espaço para que os jovens possam prestar serviço a comunidade, esse é um eixo, o outro são ações educativas com os jovens (Participante 3).

Estamos tentando fazer um projeto para fortalecer a rede escolar, que é uma rede que está um pouco fechada para nossos jovens atualmente, porque tem um forte estigma e preconceito com eles (Participante 5).

Dias (2011) afirma que a escola é um equipamento social que pode criar condições necessárias para mudanças e transformações sociais para o cotidiano de jovens em cumprimento de MSE. Alves (2010) analisa essa relação da escola com as MSE buscando ressaltar os objetivos da medida no contexto da educação, como promover o convívio social e o exercício da cidadania, e identifica esse espaço como potente para a construção de um novo olhar do jovem e para a quebra de paradigmas existentes na relação entre a juventude em conflito com a lei e a escola.

Porém, Carmo *et al.* (2021) sinalizam as contradições que envolvem a instituição escolar, uma vez que esta, apesar de se propor um espaço de acolhimento e desenvolvimento pessoal e social, também reproduz violências em seu interior, inclusive na reprodução dos estigmas relacionados aos jovens em situação de conflito com a lei.

É válido, por fim, ressaltar que a rede social de suporte se constitui como um elemento essencial e significativo para os jovens em cumprimento de MSE e quando bem articulada propicia fortalecimentos importantes para mudança de perspectivas futuras (Nunes *et al.*, 2016). A rede social de suporte de um sujeito revela as suas relações estabelecidas e a sua análise deve ser tomada como chave de leitura da

realidade dos jovens em cumprimento de MSE, bem como orientadora do trabalho das equipes técnicas, no sentido de buscar fortalecer as redes fragilizadas ou mesmo criá-las, quando inexistentes.

### **Problemáticas cotidianas que dificultam o trabalho na PSC**

O trabalho socioeducativo, para além das possibilidades discutidas nas categorias anteriores, também é permeado de desafios ligados às questões que se apresentam no cotidiano de vida dos jovens e do serviço, sendo que as principais destacadas pelos profissionais foram a violência, a dificuldade de articular redes de suporte institucionais e de conseguir locais para que o jovem possa realizar a PSC.

O impacto da violência na vida dos jovens e na organização do trabalho no serviço foi recorrente nas falas dos técnicos, apresentando-se como importante barreira na operacionalização do trabalho socioeducativo, desafiando os técnicos na tarefa de conseguir manejar situações que tendem a ser conflituosas dentro e fora do serviço.

Outro problema que tem sido muito complicado aqui e tem mexido com a metodologia da gente é a violência, a gente sempre trabalhou muito com projetos, com ações coletivas, [...] o problema de facção inviabiliza muito a ida à escola, a espaços de lazer, à participação social. Desconsiderar isso hoje é ser irresponsável, então pesa muito, é uma dificuldade maior [...] (Participante 1).

Essa questão da violência também está difícil de trabalhar pela gente e pelos meninos. Isso inviabiliza os trabalhos em grupo (Participante 7).

Hoje a gente discute muito as facções, o território e como burlar esses empecilhos para ter uma estratégia de chegar neles (Participante 5).

Especificamente sobre as interferências da violência no cotidiano do serviço, os profissionais enfatizam a divisão e o domínio dos territórios por facções criminosas, de modo que precisam reorganizar os processos de trabalho de uma forma que evite a presença e o contato de jovens de facções rivais no mesmo horário no CREAS. Os conflitos dessa ordem impactam sobremaneira nas atividades dos técnicos, determinando as possibilidades do que eles podem ou não fazer, a exemplo de atividades grupais com os jovens, que estavam suspensas há um bom tempo no CREAS por esta razão.

Enquanto uma das expressões da questão social, a violência se apresenta como algo com o qual os profissionais atuantes na PSC precisam lidar constantemente, uma vez que atravessa não só o cotidiano dos jovens em conflito com a lei, como tem determinado as possibilidades da ação técnica, limitando as estratégias e ações no âmbito dos serviços e fora dele.

Para Moraes & Ferreira (2018), a relação entre o jovem e a violência é caracterizada, muitas vezes, por processos prévios de rupturas e exclusão que os tornam principais vítimas, podendo estar a violência

associada com formas de sobrevivência. Portanto, é fundamental considerar o contexto social no qual o jovem está inserido, partindo do pressuposto que todos deveriam ter acesso aos direitos e proteção social.

Outro desafio apontado pelos profissionais na operacionalização da PSC foi a difícil tarefa de articular as redes de suporte institucionais para o jovem, seja pela dinâmica de funcionamento, pela burocracia encontrada ou resistência das instituições em receber jovens em conflito com a lei, em função do preconceito

A falha na rede de serviços dificulta a execução da medida [...]. O funcionamento da rede, dessa articulação, estado/município/federal (Participante 5).

A rede em si, e tem muito da burocracia e por esse adolescente sempre ser discriminado (Participante 8).

A resistência dos profissionais em acolher, muitas vezes quando chegamos à instituição, por mais que tentamos sensibilizar, ele ainda é visto como o menor infrator (Participante 3).

A gente tem encontrado resistência para encontrar locais porque a gente acha que se o ambiente não for favorável, se o adolescente for olhado com preconceito, realmente não vai ser um ganho para ele (Participante 2).

O SINASE, enquanto um sistema que estabelece a articulação entre os níveis de competência do Estado, leva em consideração a intersetorialidade e o trabalho em rede para a garantia dos direitos do jovem. Considerando que este estudo se deu no contexto da PSC, a articulação intersetorial se faz fundamental para a concretização dos objetivos do trabalho socioeducativo, uma vez que o jovem é acompanhado no próprio território e necessita, mais diretamente, dos suportes sociais e institucionais para cumprimento da sua medida.

Os dados levantados se assemelham aos da pesquisa de Albuquerque *et al.* (2014), que apontam para a falta de articulação da rede intersetorial dos serviços públicos como um dos principais desafios ao trabalho socioeducativo, resultando em uma violação dos direitos previsto pelo ECA e pelo SINASE.

As falas dos participantes permitiram identificar que o estabelecimento de parcerias com instituições para realização da PSC encontra no estigma e no preconceito, que envolvem o imaginário social sobre o jovem em conflito com a lei, uma de suas principais barreiras.

O estigma do "menor infrator" foi construído socialmente a partir da desigualdade social existente e leva a sociedade produzir e reproduzir imagens negativas acerca desse sujeito, imagens estas que se apresentam no processo socioeducativo (Vidal, 2014).

Discutir sobre o estigma do “menor infrator” é remeter ao antigo Código de Menores de 1979. Baseando-se na concepção da Doutrina da Situação Irregular, o Código considerava a criança e o adolescente como objeto de controle do Estado e destituídos de direitos, de modo que a ação junto aos que cometiam atos contra a lei se dava baseada em práticas com enfoque corretivo, disciplinar e punitivo, sendo esta legislação voltada a uma classe social específica, as crianças e adolescentes pobres e famílias em situação de vulnerabilidade (Araújo, 2017; Oliveira, 2022).

Apesar da mudança de paradigma da Doutrina da Situação Irregular para a da Proteção Integral, advinda com o ECA, Vidal (2014) afirma que a mentalidade de boa parte da sociedade não fez essa transição e o estigma do “menor infrator” e as práticas disciplinares e punitivas ainda estão enraizadas no cotidiano de quem trabalha com esse público. Assim, são comuns na sociedade os discursos de criminalização da pobreza, de individualização e culpabilização do jovem e da sua família pela sua condição, vista como uma fraqueza pessoal ou resultado de uma falha de caráter. Os dados analisados evidenciam a difícil superação de ideias do antigo Código de Menores, a exemplo do que discutimos na primeira categoria sobre a visão punitivista como forma de correção do jovem trazida nas entrevistas.

#### **4. Considerações Finais**

Este estudo permitiu analisar, a partir da realidade de quem operacionaliza a PSC, questões que perpassam o trabalho socioeducativo. Dentre os aspectos discutidos, foram abordadas controvérsias acerca dos sentidos e finalidades atribuídos pelos técnicos à PSC, ora alinhados com as orientações do SINASE e do ECA, ora em desacordo com elas e reforçando ideias corretivas e punitivistas acerca da MSE.

Também foram apontadas as principais possibilidades e estratégias utilizadas pelos profissionais para o fortalecimento das redes de suportes e a importância destas para o processo socioeducativo. Além disso, relevaram-se fragilidades presentes no cotidiano do serviço e na realidade dos jovens assistidos, destacando-se os impactos da violência e a dificuldade em estabelecer articulações interinstitucionais, questões estas que têm refletido diretamente no trabalho profissional.

Os dados produzidos e discutidos trouxeram elementos importantes para refletir o trabalho socioeducativo, suas possibilidades e desafios, podendo auxiliar os profissionais acerca da reflexão sobre suas práticas e cotidiano de trabalho no contexto da PSC, inclusive terapeutas ocupacionais, que embora não tenham participado do estudo, é uma categoria que além de compor equipes técnicas que atuam nas MSE tem também produzido conhecimentos sobre o tema, como revela Oliveira e Malfitano (2021).

Salientamos a relação histórica da terapia ocupacional com esse contexto de trabalho, uma vez que foi ainda na década de 1970, atuando nas extintas Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor, que terapeutas ocupacionais começaram a trabalhar com jovens em situação de conflito com a lei (Galheigo,

2016). Na atualidade, estudos na área convergem em torno da ideia de que o trabalho de terapeutas ocupacionais na MSE deve se basear na compreensão crítica sobre a desigualdade social, considerando os aspectos micro e macrosociais que envolvem a prática infracional, para a partir disto buscar desenvolver, conjuntamente, estratégias e ações nas esferas individual e coletiva dos sujeitos acompanhados, com vistas a facilitar o acesso aos serviços e bens sociais, ampliando a inserção e participação sociais destes (Kobi *et al.*, 2020; Morais & Malfitano, 2016; Oliveira, 2022).

Enquanto profissionais que se preocupam em analisar a vida cotidiana, o trabalho de terapeutas ocupacionais na MSE visa também: identificar os papéis sociais e atividades presentes nos cotidianos dos jovens e seus significados; mapear os recursos pessoais, sociais e institucionais existentes; promover a reflexão crítica sobre o cotidiano, estimulando processos de autonomia e protagonismo juvenil; encontrar formas para viabilizar o que o jovem deseja e/ou necessita, possibilitando a ampliação de experiências sociais, culturais e/ou educacionais, assim como a elaboração de projetos futuros.

Particularmente na PSC, tendo em vista que o jovem continua em contato com o seu território e em liberdade, aposta-se na potência do uso dos recursos e tecnologias sociais propostos pela terapia ocupacional social (Lopes *et al.*, 2014) na execução do trabalho profissional. Assim, os Acompanhamento Singulares e Territoriais podem possibilitar um contato mais direto e efetivo com a realidade de vida do jovem, tornando mais assertiva a identificação das suas reais demandas e necessidades; a Articulação de Recursos no Campo Social e a Dinamização das Redes de Atenção podem ser importantes estratégias para identificação e estabelecimento de parcerias que viabilizem a execução das tarefas a serem executadas pelo jovem na PSC, bem como para mobilizar e fortalecer as redes formais e informais de suporte; e as Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos podem criar oportunidades de experimentação, reflexão, aprendizado e de convivência com outros jovens, viabilizando a apreensão de demandas coletivas e ações que possam ir além a dimensão individual.

Desse modo, destacamos que a terapia ocupacional é uma profissão que tem produzido conhecimentos e práticas no campo das MSE, podendo seus profissionais contribuir significativamente com os processos coletivos de trabalho das equipes do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de PSC no âmbito dos CREAS.

## Referências

Abramovay, M. et al. (2002). *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: Unesco Brasil.

Albuquerque, M. C. A. et al. (2014). Medidas socioeducativas em conflito: um diagnóstico a partir das equipes técnicas e adolescentes do meio aberto. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*,



3(11), 30-69. <https://1library.org/document/y80nmvrq-medidas-socioeducativas-conflito-diagnostico-partir-equipes-tecnicas-adolescentes.html>

Alves, V. (2010). A Escola e o Adolescente sob medida sócio-educativa em Meio Aberto. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, 23(3), 23-35.

<https://seer.pgsskroton.com/adolescencia/article/view/241>

Araújo, A. C. (2017). *Efeitos do cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto: uma análise a partir da perspectiva de adolescentes egressos em Natal-RN*. (Dissertação de Mestrado).

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23679#:~:text=Resumo%3A,atendimento%20sistem%C3%A1tico%20voltado%20ao%20egresso.>

Avelar, M. R. & Malfitano, A. P. S. (2020). A proposição de articulação em rede para atenção pública a crianças e adolescentes. *Pesquisa e Práticas Psicossociais*, 15(2), 1-15.

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082020000200010](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000200010)

Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Brasil. (1990). Presidência da República. *Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)

Brasil. (2014). Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Reimpressão. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: MDS.

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf)

Brasil. (2012). Presidência da República. *Lei nº. 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Brasília. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm)

Brasil. (2018). Secretaria Nacional de Assistência. *Relatório da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em meio aberto no Sistema Único de Assistência Social*. Brasil. 206 p.

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/relatorios/Medidas\\_Socioeducativas\\_em\\_Meio\\_Aberto.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/relatorios/Medidas_Socioeducativas_em_Meio_Aberto.pdf)

Carmo, D. S. do, et al. (2021). Violência, ato infracional e escola pública: reflexões a partir da compreensão de professores e gestores do ensino médio. *Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.* 3(5), 369-386. <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/42577>

- Dias, A. F. (2011). *O jovem autor de ato infracional e a educação escolar: significados, desafios e caminhos para a permanência na escola*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2580>
- Esteves, L. C. G. & Abramovay, M. (2007). Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: M. Abramovay, E. R. Andrade, & L. Esteves (Orgs.), *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade* (pp.18-54). Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco. <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154580por.pdf>
- Ferrão, I. S. et al. (2012). O olhar de socioeducadores de uma unidade de internação sobre a efetivação da doutrina da proteção integral. *Barbarói*, 36(21), 42-55. <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/2919>
- Galheigo, S. M. (2016). Terapia ocupacional social: uma síntese histórica acerca da constituição de um campo de saber e de prática. In: Lopes, R. E., & Malfitano, A. P. S. (Eds). *Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos* (pp. 49-68). São Carlos: EduFSCar.
- Gobbo, E. & Muller, C. M. (2009). Possibilidades e limites da efetivação do caráter sociopedagógico da medida de prestação de serviço à comunidade cumprida por adolescentes autores de ato infracional do município de São Miguel do Oeste. *Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL]*, 10(2), 315-223. <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/1933>
- Kobi, E. C., Machado, M. V. C., & Monzeli, G. A. (2020). Terapia ocupacional e medidas socioeducativas: uma revisão de literatura. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(3), 983-998. <http://dx.doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAR2016>
- Lopes, R. E. (2016). Cidadania, direitos e terapia ocupacional social. In: Lopes, R. E. & Malfitano, A. P. S. (orgs.). *Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos*. (pp. 35-40). São Carlos: Edufscar.
- Lopes, R. E. et al. (2008). Juventude pobre, violência e cidadania. *Saúde e sociedade*, 17(3), 63-76. <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/xDfVHWyfDB4cFsfSJnQ46Np/?lang=pt>
- Lopes, R. E. et al. (2014). Recursos e tecnologia em Terapia Ocupacional Social: ações com jovens pobres na cidade. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, São Carlos, 22(3), 591-602. <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1114>
- Melo, L. L. B. & Silva, C. M. A. (2017). Importância da família na ressocialização de adolescentes em conflito com a lei. *Humanidades em Perspectivas*, 1(1), 38-51.

<https://1library.org/document/q7xdjmoy-importancia-da-familia-ressocializacao-adolescentes-conflito-com-lei.html>

Miranda, A. A. B. et al. (2014). Adolescentes em conflito com a lei e direitos humanos: desafios para implementação do Sinase. *Revista de Políticas Públicas*, 18(6), 369-378.

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2728>

Morais, J. B. T. & Ferreira, M. D. M. (2018). Reflexões Acerca da Violência Praticada por Adolescentes e a Aplicação das Medidas Socioeducativas. *Revista FSA (Centro Universitário Santo Agostinho)*, 15(9), 200-219. <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1595>

Morais, A. C., & Malfitano, A. P. S. (2016). O terapeuta ocupacional como executor de medidas socioeducativas em meio aberto: discursos na construção de uma prática. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 24(3), 531-542. <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0727>

Nunes, M. R. et al. (2016). Rede social de adolescentes em liberdade assistida na perspectiva da saúde pública. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 69(2), 298-306.

<https://www.scielo.br/j/reben/a/MmXTrFxd9FS9NFLWqtnQ7Vm/?lang=pt>

Oliveira, P. D. L. (2002). *Cidadania e ato infracional: medidas sócio-educativas de prestação de serviço à Comunidade Liberdade Assistida na Comarca de São José*. (Trabalho de conclusão de Curso).

Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114127>

Oliveira, R. H. D. (2022). *Terapeutas ocupacionais e o Sistema de Atendimento Socioeducativo (SINASE): a prática profissional nas medidas privativas de liberdade*. (Tese de doutorado).

Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Oliveira, R. H. D., & Malfitano, A. P. S. (2021). Terapia ocupacional e adolescentes autores de ato infracional: mapeamento de produções. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 29, e2931.

<https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAR2218>

Raniere, É. (2014). *A invenção das Medidas Socioeducativas*. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Silva, C. R. & Lopes, R. E. (2009). Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCAR*, 17(2), 87-106.

<https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/100>

Veiga, A. (2020). Medida socioeducativa em meio aberto LA e PSC – dos desafios as possibilidades. *Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade*, 2.

<http://periodicos.unesc.net/AnaisDirH/article/view/5856>

Veronese, J. R. P. (2015). O adolescente autor de ato infracional sob a perspectiva da intersectorialidade. *Revista do Direito*, 3(47), 125-143.

<https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/6430>

Vidal, A. S. (2014). *Adolescentes em medida socioeducativa: um estudo sobre estigma*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/106497>

Xavier, F. C. & Marchesi, E. M. (2019). Medidas socioeducativas: um estudo sobre a execução das medidas em meio de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade. *Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, 16(1), 1-12.

<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1361>

**Contribuição dos autores:** W.C.B. orientação, análise dos dados, redação e revisão do texto. J.M.C.S. coleta, sistematização e análise dos dados, redação e revisão do texto. D.R.S. coleta, sistematização e análise dos dados. L.A.S. coleta, sistematização e análise dos dados. D.S.C. coleta, sistematização e análise dos dados. J.V.M.A. coleta, sistematização e análise dos dados.

**Informações adicionais:** Este artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa intitulada "Juventudes, vulnerabilidade social e redes sociais de suporte: um estudo no contexto da execução das medidas socioeducativas em meio aberto e da escola pública em Maceió, AL", desenvolvida no grupo de pesquisa "Terapia Ocupacional Social: fundamentos, recursos e populações", cadastrado no CNPq, vinculado ao Núcleo UFPB/Uncisal da Rede Metuia – Terapia Ocupacional Social.

**Recebido em:** 16/02/2023

**Aceito em:** 20/04/2023

**Publicado em:** 27/05/2023

**Editor(a):** Ricardo Lopes Correia